



pt Reflexão Anti-Colonialismo

Brasil: O Moinho de Gastar Gente.

Na sua obra mais famosa ?O Povo Brasileiro? Darcy Ribeiro criou o clichê ?moinho de gastar gente?. Lá, ao tratar da formação e do sentido do Brasil a expressão ganhou relevo pela força explicativa da(...)

Por Rafael dos Santos da Silva



pt Reflexão Anti-Colonialismo

Alteridade, Securitização e Media: o poder de representação dos novos gatekeepers (De)Othering

Este artigo é parte de uma série de publicações de autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicado no Alice News com cadência mensal.

Por Sofia José Santos



pt Notícias Anti-Capitalismo

As ameaças do governo Bolsonaro à Amazônia

A eleição de Jair Bolsonaro estabeleceu condições alarmantes para uma série de questões sociais e ambientais que afetam diretamente o espaço amazônico. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE),(...)

Por Fábio Fonseca de Castro



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo

#MaltaPelaMinga vs los Apagones

Comenzamos a juntarnos y autoconvocarnos personas colombianas y no colombianas viviendo en Portugal. El nombre que adoptamos, Malta Pela Minga hace referencia a ese carácter de personas nacidas o no en Colombia y(...)



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Boaventura apela à participação nas concentrações em defesa da libertação do Presidente Lula

Boaventura de Sousa Santos convida a todos e a todas para participarem nas concentrações em defesa da liberdade do Presidente Lula da Silva, que se vão realizar em todo o mundo no dia 7 de abril, 2019.

Por Boaventura de Sousa Santos



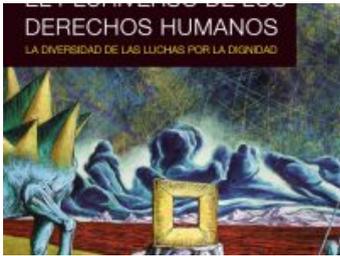
es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

Boaventura saúda o Coletivo de Cidadãos e Cidadãs pela Paz e a Minga dos Povos Indígenas do Cauca
Boaventura de Sousa Santos saúda o Coletivo de Cidadãos e Cidadãs pela Paz que estão a caminho do Tribunal Penal Internacional em Haia e a Minga dos Povos Indígenas do Cauca em defesa da Vida, do Território, da(...)
Por Boaventura de Sousa Santos



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Apresentação e Lançamento do Dicionário Alice
O Dicionário ALICE desafia-nos a explorar a diversidade epistemológica e cultural do mundo e a possibilidade de um pensamento crítico contemporâneo comprometido com os processos de reinvenção da emancipação(...)
Por Mara Bicas



pt Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Lançamento de Livro: El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad

Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins (Orgs.)
El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad de Boaventura de Sousa Santos (Editor) e Bruno Sena Martins (Editor)
Por Boaventura de Sousa Santos, Bruno Sena Martins

Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).



pt Reflexão Original Anti-Colonialismo

Brasil: O Moinho de Gastar Gente

AN Original

2019-04-16

Por Rafael dos Santos da Silva

Na sua obra mais famosa “O Povo Brasileiro¹” Darcy Ribeiro criou o clichê “moinho de gastar gente”. Lá, ao tratar da formação e do sentido do Brasil a expressão ganhou relevo pela força explicativa da realidade. Aqui, mostra-se ainda muito atual e vai ganhando contornos de teoria. Isso por que segundo o *Reporty Word Bank of the Poverty in Brazil*, em 2018 conseguimos reverter à experiência exitosa de combate a pobreza no período de 2003 a 2014.

Nesse intervalo, diversos indicadores apontavam para a superação da pobreza e da saída do mapa da fome. Mesmo com estratégias questionáveis sob o ponto de vista da sustentabilidade, assistiu-se no principal país latino-americano uma queda do GINI² de 06,6 para 05,1 pontos³. O nível econômico dos 40% mais pobres foi incrementado em 7,1% obtendo ganhos reais em relação ao todo da população⁴. O nível de desemprego no final desse ciclo conheceu o menor patamar histórico, abaixo de 5%. Até Janeiro de 2016, organismos oficiais⁵ revelavam que os dados de pessoas em situação de pobreza extrema eram residuais, abaixo de 3%.

Contudo, uma verdadeira elite de rapina profundamente incomodada com o quadro acima tratou de acionar o velho moinho que a muito não funcionava. Buscou realinhar seus discursos com vistas a recuperar o projeto de concentração de renda e riqueza. Tais abutres sabiam, porque ajudaram a construir, do insustentável modelo de inclusão baseado no consumo e logo tramaram para minar a credibilidade do seu principal articulador e assim desconstruir a um só turno a estrada e o mentor do fim do ciclo da pobreza.

Hoje, apenas três anos de funcionamento o velho moinho já apresenta alguns resultados na sua tarefa de gastar gente. Segundo o mesmo relatório do Banco Mundial 26,5% da população brasileira⁶ é afetada por algum nível de pobreza, o mesmo patamar de países que enfrentam graves instabilidades políticas como a Venezuela ou graves conflitos territoriais como a Lituânia. Nesse mesmo texto, é aviltante ver a retomada da pobreza extrema⁷. Segundo a linha da pobreza desenhada pelo Banco Mundial, a pobreza extrema deixou de ser residual⁸, para condenar a 6.406.970 pessoas. Tal “feito” somente repetido por países localizados na África Sub-Sahariana.

QUAL A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA DO MOINHO?

Antes de responder a fonte geradora desse mal, convém denunciar quem está a frente desse projeto horrendo de gastar gente. A resposta não poderia ser outra senão a elite rentista que no dizer de

Jessé Sousa⁹ move-se em função de uma subcidadania mantenedora do atraso coletivo para dela fazer seu trampolim social. Tal impulso é na perspectiva do autor a própria reprodução da desigualdade que historicamente aparelhou parte da elite cultural como fiel seguradora capaz de sequestrar a política e a democracia. Somente numa sociedade escondida na subcidadania é possível conviver com o fascismo e a democracia. Sendo que o primeiro é a expressão social mais latente e a segunda é reduzida a mera função de verniz do processo¹⁰.

Tendo esse ponto de fundo agora é possível ao leitor compreender quais os instrumentos que movem o moinho. Pois bem, o aparelhamento da política fiscal e tributária é a mais tradicional delas. Isso promove desigualdade na renda e contribui para matizar as distâncias de gênero e raça. Atrelado a isso, tem-se que diversos empreendimentos conseguem transferir para suas contabilidades as riquezas coletivas que poderiam facilmente solucionar nossos problemas sociais.

Somam-se a isso as políticas de desoneração fiscal que desde 2014, quando foi aprofundada, alcança um prejuízo de mais de R\$ 400 bilhões. Por outro lado, tem-se as políticas de endividamento público¹¹ a afetar negativamente a produção e o consumo. Claro que problemas externos como a queda dos preços das commodities¹² associada a inoperância dos governos agravam o problema.

Como consequência direta, o consumo das famílias, principal estratégia de mobilidade social usada nos anos 2000, tornou-se sem efeito em função da política de juros do governo. Outro fato inevitável é a redução do Estado enquanto agente indutor do processo sustentável. Dados do “não comunista” World Bank, atesta que a redução dos níveis das matrículas na educação básica regressou aos níveis de 2013. A média de investimento em saúde em 2024 deve ser reduzida substancialmente saindo dos atuais R\$ 519, podendo chegar a R\$ 478¹³ *per capita*, quando o necessário seria R\$ 632 por pessoa. Os gastos em Educação que em 2017 era de 18% da receita corrente líquida, vai chegar em 2025 abaixo dos 15%, e em 2035 com menos de 11%¹⁴. Para fechar o cerco aos pobres o “Moinho” quer triturar um conjunto de reformas na previdência retirando-lhes o caráter solidário. O mercado de trabalho brasileiro foi reduzido a pó! Segundo o IBGE¹⁵ mais de 50 milhões de brasileiros estão na informalidade, outros 13 milhões amargam o desemprego, mesmo a despeito da nossa taxa de produção industrial manter-se elevada quando considerado os níveis de CO2¹⁶.

Em outras palavras, a principal fonte de energia do moinho é a gente brasileira que feito bagaço da cana de açúcar empresta seus corpos para ver a roda girar.

COMO PARAR O MOINHO?

Ainda há Saída! Mas para isso é preciso lembrar aquilo que Castel¹⁷ arguiu “o que se denuncia não é tanto o que o estado faça demais, mas principalmente que faça mal aquilo que deveria fazer” e continua... “se o estado se retirar, é o próprio vínculo social que corre risco de se decompor”. Por tanto, precisamos aumentar a participação do estado, sobretudo enquanto indutor de uma rede de seguridade social capaz de assegurar instrumentos garantidores da vida. Do ponto de vista prático é preciso reverter as políticas de desoneração fiscal, atacar as desigualdades pelo método correto, ou seja realizar as reformas necessárias como a tributária e a fiscal, para não falar da reforma política. Distribuir renda e riqueza, além de rever os mecanismos que transferem riqueza do Estado para o setor financeiro via dívida pública.

Em outras palavras, é preciso rever nossa subcidadania literalmente saída da caserna, resgatar a democracia e enterrar o fascismo político/cultural que assola metade da população brasileira.

Somente aí conseguiremos frear o moinho que teima em gastar nossa gente.

- ¹ Ver Ribeiro, D. (1995) O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. Cia das Letras. 2ª Edição São Paulo.
- ² GINI – Mede o Índice de Desigualdade. Quando mais próximo de 1 pior a concentração e mais próximo de zero melhor a distribuição.
- ³ World Bank (2019) <http://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>
- ⁴ Idem ao item 3.
- ⁵ World Bank (2019) Line Of Extreme Poverty in https://worldpoverty.io/?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=WorldpovertyData&campaignid=1695z4gbmKjzpedZs7NT9lce--57EH2iHmbkLcal3ZQUI6-_T0aAmuoEALw_wcB
- ⁶ <https://data.worldbank.org/country/brazil>
- ⁷ Pessoas vivendo com até U\$ 1,90/dia
- ⁸ Quando um território tem mesmo de 3% da sua população em situação de Pobreza Extrema
- ⁹ Souza, J. (2018) Subcidadania Brasileira Editora LeYa. Rio de Janeiro.
- ¹⁰ Esse leitura parte da ideia original de Boaventura Sousa Santos que define “Vivemos numa sociedade socialmente fascista e politicamente democrática”
- ¹¹ Ver – Reforma da Previdência e a Produção da Miséria em <http://ww2.caritasdecrateus.org/a-reforma-da-previdencia-e-a-producao-da-miseria/>
- ¹² São produtos que servem de matéria-prima para produção em larga escala.
- ¹³ IPEA 2016. Projeção dos gastos em Saúde considerando a PEC 241.
- ¹⁴ Rossi, P. e Dweck, E. (2016. p. 12)
- ¹⁵ Ver item 11
- ¹⁶ Ver - <https://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&type=metadata&series=EN.ATM.CO2E.PC>
- ¹⁷ Castel, R (2008 –pp 502 e 518) As Metamorfoses da Questão Social – uma crônica do salário. Ed Vozes 7ª Edição Petropolis.



Rafael dos Santos da Silva é Professor na Universidade Federal do Ceará – UFC, doutorando em Sociologia pela UC e colaborador de diversos movimentos sociais.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra – Alta e Sôfia
– inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como originais licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como originais licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

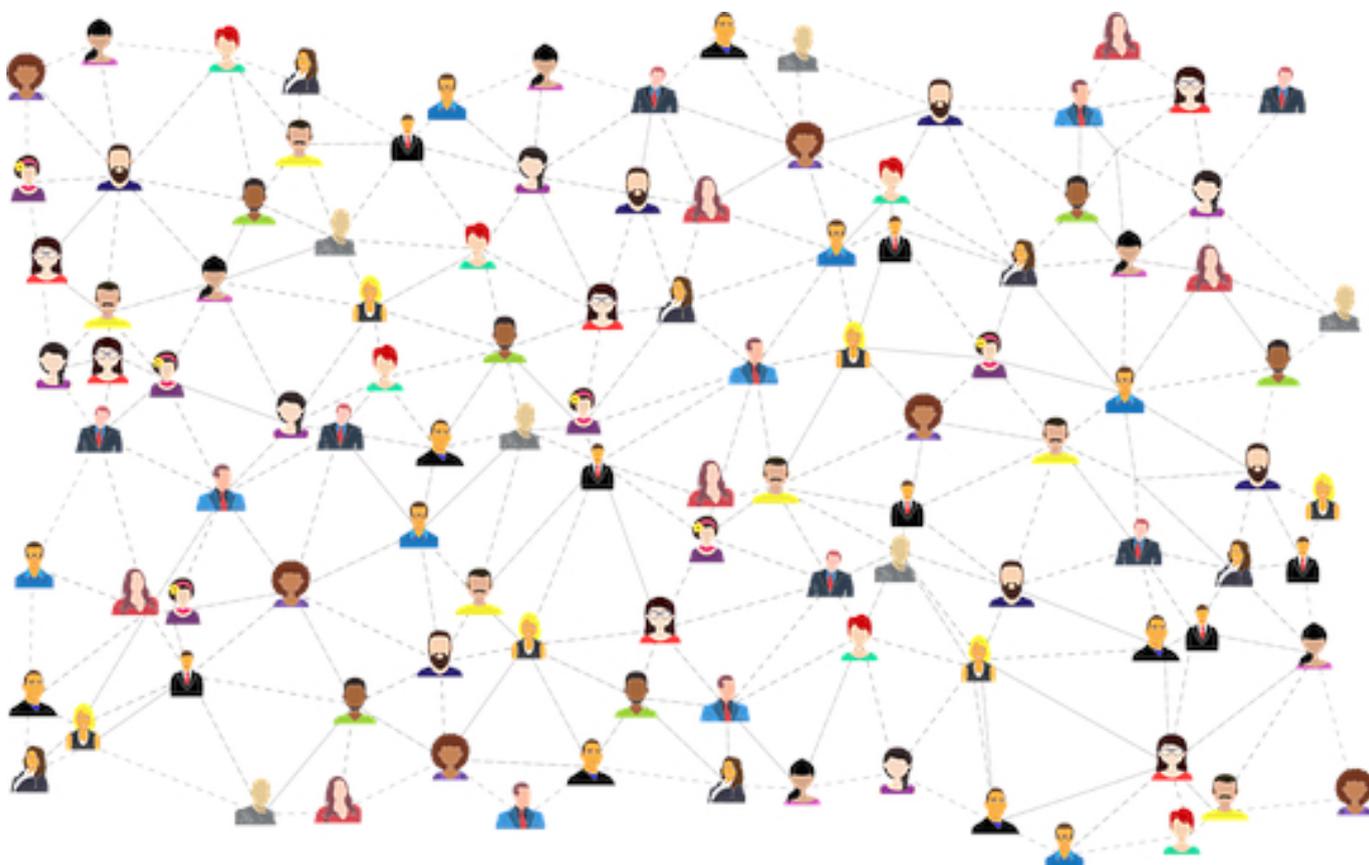
Alteridade, Securitização e Media: o poder de representação dos novos gatekeepers

AN Original - DeOthering

2019-04-15

Por Sofia José Santos

Este artigo faz parte de uma série de publicações de autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicada no Alice News com cadência mensal.



A ideia de “identidade europeia” bem como o significado que convencionalmente lhe é atribuído e lhe confere sentido têm sido amplamente questionados nos últimos dez anos. A crise do *subprime*

que atravessou o Atlântico assumindo a forma de dívidas soberanas, os ataques terroristas em cidades europeias, como Oslo, Barcelona, Munique, Berlim, Bruxelas, Nice, Paris e Londres, o processo do *Brexit* e a chamada “crise migratória”, que desde a Primavera Árabe (e em particular desde a guerra na Síria) trouxe mais de um milhão de pessoas à Europa, são alguns dos acontecimentos e processos que abalaram o projeto político europeu como tinha sido até então consensualizado.

No contexto deste reequacionamento, abriu-se espaço para a (re)emergência de visões concorrentes sobre o que se entende ser “a Europa” e “ser-se europeu”, bem como as aspirações e os limites políticos de cada uma dessas identidades, sendo o tema dos/as migrantes/refugiados/as um dos eixos do atual debate político-identitário. Perante esta contenda, se houve um registo de movimentos cosmopolitas, solidários e inclusivos um pouco por toda a Europa, houve um ainda maior - e igualmente disseminado - de (re)emergência de retóricas nacionalistas e/ou étnico-religiosas excludentes assentes na dicotomia maniqueísta e homogeneizadora de “Nós” Vs. “Eles”.

Para a geração e veiculação destas narrativas racistas e/ou xenófobas, a criação de representações é nuclear. É de igual modo central controlar as possibilidades e a forma como o Outro é representado e os processos através dos quais as suas representações são produzidas. O jogo de representações nunca acontece no vazio, mas antes num espaço de poder já constituído e simultaneamente constitutivo. Neste tabuleiro, as representações dicotómicas resultam sempre de uma prática discursiva hegemónica que é tão mais eficaz quanto “o Outro” é silenciado e/ou securitizado.

Os media assumem um papel privilegiado na disputa de construção e validação de representações. Isto porque na impossibilidade de experienciar todas as realidades em primeira mão, confiamos, em grande medida, nos media para conhecer geografias, agendas e experiências que de outra forma não conheceríamos. Este processo de mediação assenta em processos de filtragem - *gatekeeping* - que ditam a informação que deve ser veiculada e qual perspetiva face a essa informação que é mais válida para o interesse público.

Atualmente, na esfera mediática europeia, as representações de migrantes/refugiados/as tendem a ser implícita ou explicitamente negativas, colocando habitualmente a ênfase nos problemas e nos alegados riscos que estas comunidades e grupos representam para os valores e os membros das sociedades de acolhimento na Europa.^[1] Perante esta tendência esmagadoramente negativa, as redes sociais online - com a sua arquitetura e lógica democráticas e horizontais - podem ser entendidas como um espaço potencialmente reequilibrador de *agency* em termos de narrativas. Na verdade, a configuração do espaço online convida muitos mais participantes para o processo de seleção de agenda e enquadramento mediáticos, democratizando as práticas que Couldry cunhou de “voz como processo”, ou seja, o reconhecimento da capacidade de todos darem o seu testemunho contribuindo para o debate público e a ação política. Ao atribuir virtualmente a todos/as os/as utilizadores/as a possibilidade de produção de conteúdos, as redes sociais online conferem a migrantes e refugiados/as um espaço para darem o seu testemunho e de este ser disseminado sem intermediários, permitindo-lhes superar a invisibilidade e a alteridade securitizada que a paisagem mediática convencional lhes tem atribuído.

Porém, o registo de padrões generalizados de desinformação, invisibilidade e deturpação acontece com maior incidência precisamente nas redes sociais online. A verdade é que o ambiente online e o offline não são dissociáveis, mas antes confluentes, alimentando-se reciprocamente. O ambiente online, ainda que tenha uma produção de conteúdos tendencialmente mais democrática, não deixa de refletir e privilegiar os entendimentos hegemónicos sobre como deve ser definida uma determinada comunidade e identidade política. A confluência do online e do offline ganha expressão e tração no funcionamento das redes sociais online que se estruturam/assentam em algoritmos que, por sua vez, fazem a curadoria das informações a que temos acesso tendo como filtro os padrões de

gostos e de interações de cada utilizador(a). Assim, o valor de cada informação disseminada é determinado não pela sua qualidade, espírito crítico, verosimilhança ou standard ético, mas sim pelas interações geradas. Tal lógica não só faz com que se criem as chamadas câmaras de eco (o que reforça a hegemonia), como abre espaço para a emergência de lógicas emotivas e populistas, reduzindo o espectro do debate e facilitando a propagação viral de representações consentâneas com informação falsa e/ou discurso de ódio. O poder de representação dos “novos gatekeepers” - i.e. redes sociais e algoritmos - é ainda mais marcado no contexto de crescente descrença nos media convencionais e num clima político e analítico de “pós-verdade”, ou seja, num ambiente em que os apelos à emoção, sobrevivência e às crenças vale mais do que factos objetivos na formação de opinião.

[4] Ver, por exemplo:

International Network for Hate Studies: <http://www.internationalhatestudies.com/>.

Chouliaraki, Lilie; Georgiou, Myria; Zaborowski, Rafal e Oomen, Wouter, “ Project Report: The European «migration crisis»? and the media. A cross-European press content analysis”. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/research/projects/media-and-migration/Migration-and-media-report-FINAL-June17.pdf>. Acedido em 8 de abril 2019.

Pierigh, Francesca (2017) “Changing the narrative: Media representation of refugees and migrants in Europe”, Refugees Reporting. Disponível em: http://www.refugeesreporting.eu/wp-content/uploads/2017/10/Changing_the_Narrative_Media_Representation_of_Refugees_and_Migrants



Sofia José Santos é investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde lidera como Investigadora Principal o projeto DeCodeM, e integra a equipa dos projetos DeOthering, EquiX e PARENT. É doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra e tem um diploma de estudos avançados em Ciências da Comunicação pelo ISCTE-IUL, onde está a prosseguir atualmente um segundo doutoramento na área dos Novos Media, Redes Sociais e Tecnologia.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

As ameaças do governo Bolsonaro à Amazônia

AN Original

2019-04-12

Por Fábio Fonseca de Castro



A eleição de Jair Bolsonaro estabeleceu condições alarmantes para uma série de questões sociais e ambientais que afetam diretamente o espaço amazônico. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), levando em conta a curva de crescimento iniciada já no período eleitoral e as decisões e declarações do governo, projetou um aumento de 268% do desmatamento da Amazônia no primeiro ano do governo Bolsonaro. Um total de 25.600 km² desmatados, contra 6.947 km² em 2017 – o que, inclusive, já constitui um número absurdo. Considerando a meta estabelecida em 2009 pelo governo brasileiro, de chegar a 2020 com um desmatamento anual de 3,5 mil km², percebe-se uma situação alarmante de descontrole, afinal trata-se da multiplicação por oito do quantitativo estabelecido por uma pactuação de Estado. E ainda mais alarmante é a projeção, feita também pelo INPE, de que 18% do desmatamento previsto deva ocorrer dentro de áreas protegidas, como reservas indígenas e parques nacionais. Em números totais, o INPE projeta um crescimento de 13.12 gigatons nas emissões de dióxido de carbono, o que corresponderia a cerca de 3% das emissões mundiais de CO₂ – apenas em razão dos desmatamentos na Amazônia.

O saldo de quatro meses de governo confirma essas projeções. Bolsonaro está favorecendo os interesses da agroindústria e da mineração, que intensificam suas atividades na Amazônia. Inúmeras medidas vêm consolidando essa postura, como a saída do Brasil dos Acordos de Paris – compromisso assinado pelo Brasil em 2015 na COP 21 e ratificado pelo Congresso, que estabelecia, para o horizonte de 2030, uma meta de redução das emissões de gases de efeito estufa em até 43%, o aumento para 18% da participação de bioenergia sustentável na matriz energética do país, o alcance de uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética e o reflorestamento 12 milhões de hectares.

Outras medidas impactantes são a transferência da administração de terras indígenas do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, a extinção das seções climáticas do Ministério do Meio

Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores e os cortes orçamentários severos em agências científicas, que vêm dificultando a coleta de dados ambientais e a produção de análises. Importantes instituições, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tiveram cortes orçamentários que alcançam 70% do que foi seu orçamento em 2015.

Essas medidas, no entanto, não decorrem de um projeto claro de desenvolvimento. Aparentemente, são iniciativas motivadas por uma perspectiva ideológica neoliberal e pela pressão das forças econômicas que apoiaram a sua eleição. Nas verdade, após quatro meses, tem-se um governo paralisado pela própria incapacidade de produzir projetos associada à uma capacidade aparentemente incontrolável de produzir tensões políticas. Não há, efetivamente, um projeto para a Amazônia, apenas um tácito descontrole do papel do Estado como fiscalizador da lei – o que permite a expansão do agronegócio e do setor mineral sobre a agenda social e ambiental.

Não obstante, independentemente de não haver um projeto claro, percebe-se o domínio de uma retórica perigosa, construída desde a campanha eleitoral e que, em síntese, desenha uma situação de desregulamentação absoluta das normas ambientalistas e do sistema de proteção social das populações amazônicas tradicionais. Essa retórica tem insistido em fórmulas como “desenvolvimento da Amazônia improdutiva” e “exploração da Amazônia em parceria com os Estados Unidos”. No mesmo sentido, Bolsonaro já declarou que não pretende fazer demarcações de terras indígenas, que a solução para os conflitos no campo está “no aumento da segurança”, que em seu governo os licenciamentos ambientais para construção de hidrelétricas serão feitos rapidamente, em até três meses, que irá liberar a exploração mineral em terras indígenas e que propõe que as terras quilombolas possam ser vendidas.

Há, por fim, que se considerar as declarações ofensivas, feitas por Bolsonaro e por seu vice-presidente, o general aposentado Hamilton Mourão, dentre as quais a comparação de reservas indígenas com “zoológicos” (Bolsonaro), de que quilombolas não servem “nem como procriadores” (Bolsonaro), “a malandragem é oriunda do africano” (Mourão) e de que “Temos uma certa herança da indolência, que vem da cultura indígena” (Mourão), por exemplo, para citar apenas algumas das falas preconceituosas da dupla de gestores.

Cabe referir que Bolsonaro, em função de suas afirmações contra quilombolas, chegou a ser denunciado por racismo ao Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeitou a denúncia considerando que as opiniões do então candidato estavam protegidas pela imunidade parlamentar. Essa concepção de “desenvolvimento” da Amazônia, sugerida pelo governo Bolsonaro, é norteadas por um ímpeto de exploração predatória, ou seja, de pura pilhagem de territórios que embora ocupados por uma população significativa – de mais de 20 milhões de pessoas – são compreendidos, pelo viés liberal, como improdutivos. Nesse modelo, as populações tradicionais são vistas como “entraves para o progresso” e o meio-ambiente como uma commodity, cujo único valor resulta na sua contribuição para um dado modelo de “desenvolvimento”. Essa mentalidade trabalha para deslegitimar os direitos culturais, sugerindo que os povos indígenas teriam “terras demais” e que a maior parte deles seriam formadas por “falsos indígenas”, à medida em que não se adéqüem aos estereótipos do senso comum sobre o que deva ser um indígena e num flagrante desrespeito aos processos de etnogênese em curso na região.

O governo Bolsonaro transmite, à sociedade brasileira, uma mensagem de legitimação da atitude predatória e do capital usurário. Já no momento da campanha eleitoral a taxa de desmatamento subiu 36% na Amazônia, em relação ao ano anterior. No mesmo caminho, o governo adota uma postura tolerante em relação à punição aplicada às empresas que cometem crimes ambientais, desconsiderando o fato de que apenas 3,4% das multas por agressões ambientais, por exemplo, são quitadas.

O cenário tem o efeito de permitir o avanço político dos setores mais predatórios e mais atrasados da vida brasileira. A bancada ruralista, que representa nitidamente um desses setores, vem criando condições para a derrubada do “Código Florestal”, que exige que os proprietários de terra mantenham um percentual (80% no bioma amazônico) de suas terras sob cobertura florestal. Por sua vez, a indústria mineral amplia sua pressão, multiplicando os pedidos de autorização para exploração em áreas protegidas. Presentemente são 13.600 pedidos dessa natureza registrados no Departamento Nacional de Política Mineral, que envolvem uma área de 5 milhões de hectares. O cenário constitui um desafio maior para a sociedade brasileira, em geral, e para a sociedade amazônica, em particular. Trata-se, afinal, de interromper processos políticos de garantias de direitos e da construção de pactuações sociais que vinham sendo firmados desde um longo período.

Cabe observar que, entre 2003 e 2014 o governo brasileiro empreendeu uma política comprometida com a conservação ambiental e com o desenvolvimento econômico sustentável, reduzindo o desmatamento anual da Amazônia de 27.700 para 4.500 km². O sucesso dessa política deu ao Brasil uma posição de liderança global na mitigação das mudanças climáticas, ativo importante na sua diplomacia e na sua política econômica, constituindo um capital político que vai se degradando rapidamente na era Bolsonaro.

Abandonar os esforços e os comprometimentos dessa política constitui não apenas o abandono de um esforço importante para a sociedade global mas, também, o abandono de uma política internacional construída sobre princípios de ponderabilidade e racionalidade que deram, ao Brasil, frutos importantes.



Fábio Fonseca de Castro é Doutor em Sociologia. Pesquisador do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, na Universidade Federal do Pará

fabio.fonsecadecastro@gmail.com



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra – Alta e Sofia
Inscrita na Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



es Reflexión Original Anti-Capitalismo Anticolonialismo

#MaltaPelaMinga vs los Apagones

AN Original

2019-04-08

Comenzamos a juntarnos y autoconvocarnos personas colombianas y no colombianas viviendo en Portugal. El nombre que adoptamos, Malta Pela Minga hace referencia a ese carácter de personas nacidas o no en Colombia y residentes en Portugal, a quienes nos (con)mueve la misma causa común de apostar por la construcción de una Paz con Justicia, Memoria, Reparación, No Repetición y Definitiva en y para Colombia y sus gentes. Hace 2 años y medio se dio un paso en este sentido con la firma de los Acuerdos de Paz entre el entonces gobierno de Juan Manuel Santos y las FARC-Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia que desde entonces se desmovilizaron hasta constituir la propuesta política en forma del partido FARC-Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común. Queda pendiente desbloquear y avanzar en el proceso para constituir otros acuerdos de paz con el ELN-Ejército de Liberación Nacional actualmente en punto muerto.

El actual gobierno representado por Iván Duque lejos de ayudar dando pasos para afirmar el proceso de paz, está haciendo todo lo posible para obstaculizar, y en algunos casos casi dinamitar el propio proceso y las instituciones que deberían jugar un papel primordial en estos momentos tales como el CNMH-Centro Nacional de Memoria Histórica, la CEV-Comisión de la Verdad y en especial la JEP-Jurisdicción Especial para la Paz. Desde el 1 de enero de 2016 (año de la firma de los acuerdos) hasta el 9 de febrero de 2019 han sido asesinadas sistemáticamente 584 líderes y lideresas sociales más del 50% de ellas pertenecientes a los pueblos indígenas 000090 afrodescendientes, y solo en el periodo del gobierno de Iván Duque ya van más de 140 . Y el último informe del Comité Internacional de la Cruz Roja habla de un incremento del 90% registrado por la Unidad de Víctimas en el número de personas forzadas a desplazarse entre 2017 y 2018 pasando de 14.594 a 27.780 personas; y un aumento del 287,7% de víctimas de minas antipersonal y de artefactos explosivos con un total de 221 víctimas en 2018.

Ante esta grave situación las responsabilidades del gobierno de Iván Duque en estos hechos y en su no investigación ni posibilidad de judicialización en Colombia se inició un proceso de denuncia el 7 de agosto de 2018 ante la CPI-Corte Penal Internacional, de La Haya, donde el viernes 5 de abril de 2019 varios congresistas y senadores colombianos encabezados por el senador Gustavo Petro, y acompañados de colombianos y colombianas en el exilio europeo que van a llegar incluso a pie como la Marcha que inició en París, van a llevar esta denuncia ante la CPI. ¿Escucharon hablar de ello? ¿Lo vieron en portada de los principales medios de prensa escrita o abriendo alguno de los principales informativos de tv? ¿Ciertamente que no? Nosotras tampoco. Y es que estamos viviendo en un tiempo de Apagones que aunque no sea nuevo, resulta paradójico en el tiempo del internet, las telecomunicaciones y las redes sociales.

Apagones generados por poderes corporativos en cuyas manos están además los principales medios de comunicación. Apagones contra gobiernos bloqueos a sus poblaciones y vulnerando gravemente sus derechos humanos, como ya hicieron en el Chile de Salvador Allende para preparar el golpe de estado de Pinochet; como ya hicieron y siguen haciendo en Cuba; como están haciendo en Venezuela... pero además hay Apagones Mediáticos que invisibilizan y silencian aquellas voces que consideran de no interés y por tanto descartables, como también es el caso de los pueblos indígenas masacrados e invadidos por Indonesia, en Papua Occidental; las últimas colonias de las que nadie habla pero de cuyos recursos se siguen apropiando y aprovechando Marruecos y la Unión Europea es el caso de la RASD-República Árabe Saharawi Democrática; las poblaciones perseguidas, asesinadas y olvidadas como los Tamiles de Sri Lanka o la población Rohingya refugiada en Bangladesh... así mismo es la lucha de los pueblos indígenas, afrocolombianos, campesinos y de los movimientos sociales de Colombia. Pueblos Indígenas que el 10 de marzo de 2019 iniciaron una nueva movilización en el suroccidente colombiano, a cuyo frente el CRIC-Consejo Regional Indígena del Cauca, el CRIHU-Consejo Regional Indígena del Huila, y el CRIDEC-Consejo Regional Indígena de Caldas convidaban al presidente Duque a un encuentro personal y concertado en el lugar de instalación de la Minga. Más de 26 días de Minga y el presidente sigue sin aparecer, no tiene tiempo para los indígenas, pero sí para ir a apoyar a Guaidó. Mientras la Minga decidió bloquear las principales vías del suroccidente, que con el llamado a ampliar la Minga a nivel nacional por parte de la ONIC-Organización Nacional Indígena de Colombia, supuso la ampliación de las movilizaciones y bloqueos a todo el país desde finales de marzo de 2019.

La represión por parte de policía, ejército y ESMAD-Escuadrón Móvil Antidisturbios han causado las primeras muertes entre compañeros de la Minga y se acompañó el día 3 de abril de 2019 con la pasividad frente a las agresiones físicas orquestadas por políticos del Centro Democrático, partido político del gobierno, que clandestinamente pagaron a mototaxistas, ciudadanos en condición de calle y ciudadanos venezolanos que armados con piedras, palos y cuchillos atacaron durante todo el día y la noche a las personas e instalaciones del CRIC y del CIMA-Comité de Integración del Macizo Colombiano y a las y los estudiantes que valientemente fueron en apoyo solidario, todo ello en la ciudad de Popayán, capital del departamento del Cauca, tampoco oírán de ello en las noticias...

Pero saben, frente a esos Apagones nuestros Fuegos, fuegos internos que crecen en colectivo, y es que como contaba Eduardo Galeano en su micro relato en “El libro de los Abrazos” de aquel hombre de Neguá, en la Costa de Colombia que subió alto al cielo y cuando regresó dijo que desde allá arriba somos “un montón de gente, un mar de fueguitos”, pues a base de fueguitos interconectados podemos acabar con los apagones.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Boaventura apela à participação nas concentrações em defesa da libertação do Presidente Lula

AN Original

2019-04-03

Por Boaventura de Sousa Santos

Boaventura de Sousa Santos convida a todos e a todas para participarem nas concentrações em defesa da liberdade do Presidente Lula da Silva, que se vão realizar em todo o mundo no dia 7 de abril, 2019.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
Inscrita no Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.

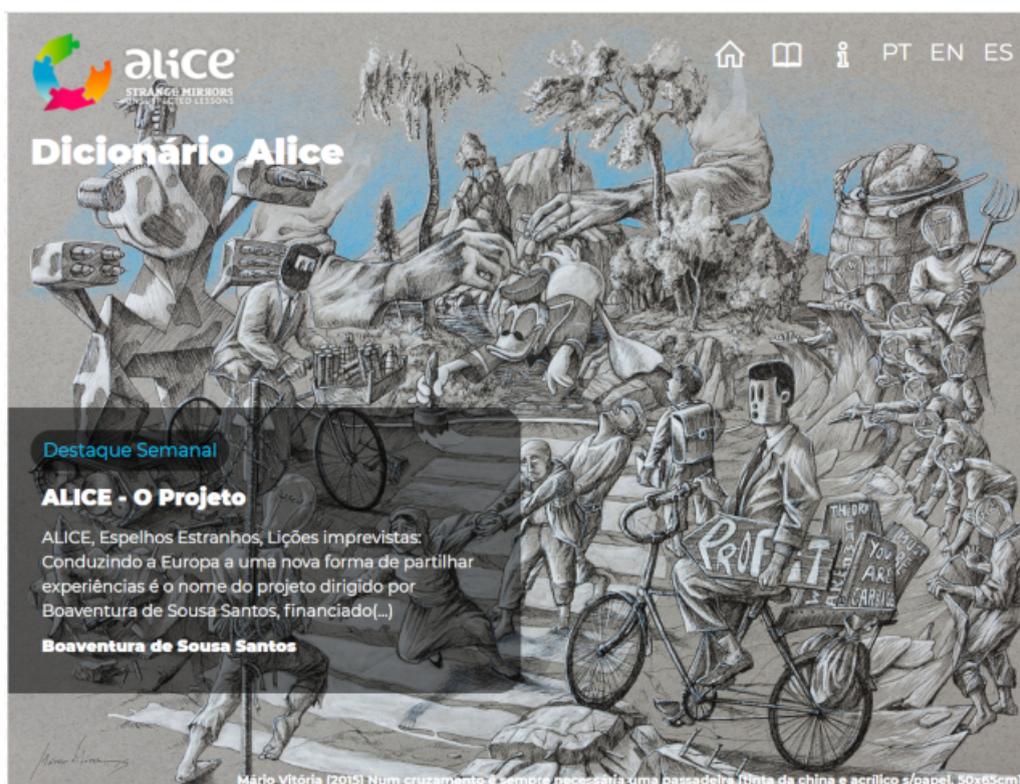
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Apresentação e Lançamento do Dicionário Alice AN Original

2019-04-02

Por Mara Bicas

O Dicionário ALICE desafia-nos a explorar a diversidade epistemológica e cultural do mundo e a possibilidade de um pensamento crítico contemporâneo comprometido com os processos de reinvenção da emancipação social levados a cabo a partir de práticas concretas em contextos específicos. Neste sentido, conta com a contribuição de um amplo conjunto de colaboradores/as, académicos/as, artistas, escritores/as e/ou ativistas, provenientes de diferentes países e de variados campos de investigação e atuação. Este dicionário representa um processo de construção coletiva de um conhecimento que aspira contribuir para o processo de reconstrução de um mundo onde caibam muitos mundos, evitando a simplificação do complexo, a redução do diverso ao uniforme e, conseqüentemente, a universalização metonímica do local. Em sintonia com a filosofia de base das Epistemologias do Sul, o dicionário tem como principal objetivo captar, a partir do diálogo intercultural e interpolítico, e da ecologia de saberes, a complexidade e a riqueza epistémica do Sul global desafiando as leituras hegemónicas e monoculturais do mundo.



O *Dicionário ALICE* assume o desafio de desconstruir as imagens distorcidas e estranhas que os espelhos coloniais (re)produzem, para reconhecer e valorizar a multiplicidade de originais que subjazem nas imagens refletidas. Este dicionário pretende ampliar as possibilidades de conhecer o mundo mais além das normas e hábitos mentais que dificultam pensar e atuar de outro modo, avançando para modos de pensamento e ação alternativos baseados em quatro ideias fundamentais: 1) a diversidade epistémica do mundo é infinita e nenhuma teoria geral consegue dar conta desta diversidade; 2) a compreensão do mundo excede a compreensão eurocêntrica do mundo; 3) não há falta de alternativas no mundo; o que faz falta é uma teoria alternativa de alternativas, expressa através da ecologia de saberes, combinada com a tradução interpolítica e intercultural; 4) não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva (Santos, 2018). Como várias entradas apontam, a transformação social, política e institucional no Norte global pode beneficiar-se das tradições de conhecimento e das inovações que se produzem nas regiões e países dos quais o Norte é cada vez mais interdependente. Neste sentido, este dicionário não pode realizar-se com um enfoque convencional. A sua especificidade, pelo contrário, consiste em ser um projeto epistémico-político que, sem renunciar ao rigor e a objetividade da análise, procura estar ao serviço de práticas contra-hegemónicas que merecem respeito e devem ganhar credibilidade: saberes não científicos, epistemologias subalternas, práticas sociais e projetos políticos ignorados e oprimidos pelo capitalismo, o heteropatriarcado e o colonialismo.

O *Dicionário ALICE* é um instrumento potencializador do pensamento crítico e emancipador, o que, desde os parâmetros das Epistemologias do Sul, implica a exigência epistemológica e metodológica de “aprender a partir do Sul e com o Sul” (Santos, 1995: 508). Assim, a contribuição do Dicionário à ampliação das possibilidades de conhecer o mundo é dupla. Por um lado, pretende ajudar a visibilizar e credibilizar experiências de construção de conhecimento a partir das lutas sociais e populares desenvolvidas no Sul global; por outro, e ao mesmo tempo, busca revelar as contradições, limites e possibilidades de tradução, articulação e enriquecimento mútuo entre estas experiências de conhecimento que lutam por outros mundos possíveis, mostrando alternativas às atuais tendências à injustiça social global e ao desenvolvimento insustentável que se verificam no Norte global, sob o domínio da globalização neoliberal.

O *Dicionário ALICE* é uma publicação que se insere nos resultados do projeto de investigação **ALICE Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo**, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, e financiado pelo European Research Council/ERC.

O dicionário foi inaugurado dia 02 de Abril de 2019, e pode ser acedido através do link <http://alice.ces.uc.pt/dictionary/> estando aberto, em permanência, a novas entradas e contributos em dicionarioalice@ces.uc.pt, reafirmando-se enquanto publicação processual, coletiva e cumulativa.

-
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
 - Santos, Boaventura de Sousa (2018). *The End of Cognitive Empire: The coming of age of the epistemologies of the South*. Durham, NC: Duke University Press.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Faculdade de
Educação e Ciências da
Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
Instituída em 1200 e
Refundada em 2013



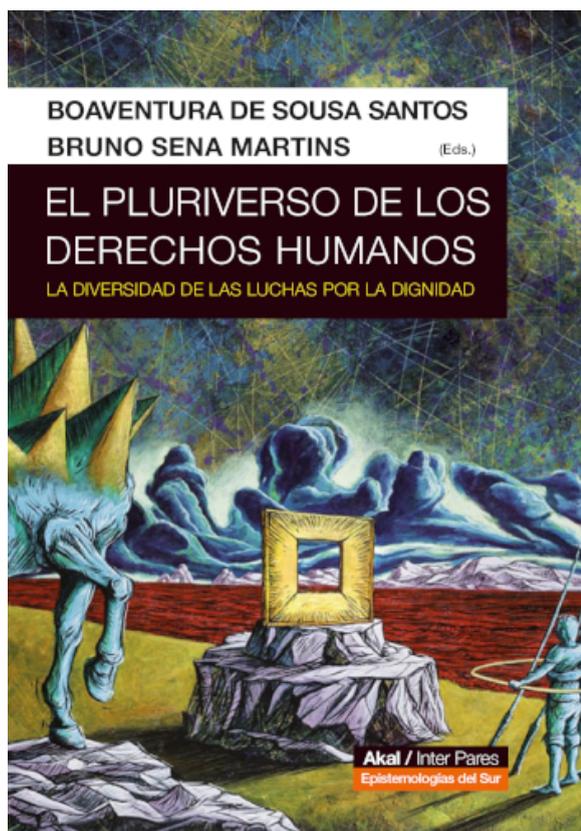
Lançamento de Livro: *El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad* - Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins (Orgs.)

AN Original

2019-03-26

Por Boaventura de Sousa Santos, Bruno Sena Martins

El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad de **Boaventura de Sousa Santos** (Editor) e **Bruno Sena Martins** (Editor)



O presente livro reúne 21 textos que retratam o diálogo de investigadores e investigadoras de todos os continentes que nos confrontam com temas e realidades sociais que, de diferentes formas, nos convidam a pensar o lugar dos direitos humanos nas Epistemologias do Sul. Esta obra, assim como os capítulos que a compõem, resulta do trabalho de troca e aprendizagem promovido a partir do projeto Alice. Este é o segundo volume da coleção “Epistemologias do Sul”, onde se revelam os resultados das investigações e debates que tiveram lugar ao longo do projeto Alice e que continuam a alimentar o programa de pesquisa “Epistemologias do Sul”, dinamizado a partir do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob coordenação de Boaventura de Sousa Santos.

O impasse que os direitos humanos atualmente atravessam enquanto linguagem capaz de articular lutas pela dignidade é, em larga medida, um espelho da exaustão epistemológica e política que assombra o Norte Global. Tal impasse não é separável do modo como as agendas imperialistas fragilizaram a

credibilidade dos direitos humanos na arena internacional, evidente no sistemático uso de duplos critérios para justificar as guerras pelos recursos ou nos movimentos táticos no xadrez económico ou geopolítico. A situação atual resulta igualmente do estreitamento do âmbito dos direitos humanos, de tal modo que estes se converteram num mínimo denominador comum de direitos, passíveis de serem mobilizados, porventura, para enfrentar o cerceamento de certos direitos civis e políticos ou para as situações de emergência que reclamam por intervenções humanitárias, mas pouco tidos nas lutas contra as sistémicas opressões impostas no mundo pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

Da perspetiva das epistemologias do Sul, a superação do impasse que hoje se abate sobre os direitos humanos implica, pois, enfrentar a exaustão epistemológica política que permeia o pensamento crítico e as narrativas emancipatórias do Norte Global. Trata-se de reconhecer e superar o preconceito colonial que impede que o mundo eurocêntrico aprenda com as experiências daqueles e daquelas que, nas diferentes regiões do mundo, resistem às iniquidades de um quadro global fortemente constituído pelos termos das ambições universalistas da modernidade ocidental. Reconhecendo, contudo, o protagonismo que os direitos humanos convencionais, eurocêntricos, assumiram, e ainda assumem, como linguagem hegemónica de dignidade humana, neste livro propõe-se, por um lado, identificar os seus limites e impossibilidades e, por outro lado, convidar a um diálogo criativo entre os direitos humanos, tidos como universais, e o pluriverso de lutas e saberes que, um pouco por todo o mundo, através de perspetivas interculturais e antissistémicas, desenham horizontes emancipatórios ancorados em reivindicações de dignidade humana. > saber mais

Editores

Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, a 15 de Novembro de 1940. É Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) e Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça. De 2011 a 2016, dirigiu o projecto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo, um projecto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Temas de pesquisa: Epistemologia, sociologia do direito, teoria pós-colonial, democracia, interculturalidade, globalização, movimentos sociais, direitos humanos. O seu trabalho tem sido publicado em português, inglês, italiano, espanhol, alemão, francês, chinês e romeno.

Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É Co-coordenador do Programa de Doutoramento Human Rights in Contemporary Societies e Co-coordenador no Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". É docente no Programa de Doutoramento "Pós-colonialismos e cidadania global". Entre 2016 e 2019 desempenhou no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC e entre 2013 e 2016 foi Co-coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDe) do CES/UC. É Licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. Os seus temas de interesse preferenciais são o corpo, a deficiência, os direitos humanos e o colonialismo. No âmbito da sua pesquisa realizou trabalho de campo em Portugal, na Índia e em Moçambique, mantendo ainda estreitas ligações com a academia Brasileira. Realizou dois filmes documentais de divulgação científica. Em 2006, foi galardoado com Prémio do Centro de Estudos Sociais para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa. Em 2007, esteve como Research Fellow no Centre for Disability Studies (CDS), na School of Sociology and Social Policy da Universidade de Leeds.

Autores

João Arriscado Nunes (Portugal)
Nelson Maldonado Torres (Puerto Rico)
Juan José Tamayo (Espanha)
Arzu Merali (Reino Unido)
Khalid Anis Ansari (India)
Jason Keith Fernandes (Portugal)

Pratiksha Baxi (India)
Tshepo Madlingozi (Sudáfrica)
Mahmood Mamdani (Sudáfrica)
Maria Paula Meneses (Portugal)
Cecília MacDowell Santos (Brasil)
César Rodríguez Garavito (Colombia)
Carlos Andrés Baquero (Colombia)
Begoña Dorronsoro (Portugal)
Eva Garcia Chueca (Portugal)
Marta Araújo (Portugal)
Silvia Maeso (Portugal)
Cayetano Fernández (Portugal)
Catarina Martins (Portugal)
Ángeles Castaño Madroñal (Espanña)



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.